



AO MACHADO! AO MACHADO!
A CIDADE DO NATAL E SUAS ÁRVORES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

TO THE AX! TO THE AX!
NATAL AND ITS TREES IN THE EARLY TWENTIETH CENTURY

v. 8, n. 2 [13]
mai/ago (2016)

Yuri Simonini
Universidade Federal de Minas Gerais
ysimonini@gmail.com

Dossiê: Cidade e Natureza

Resumo

O artigo aborda a complexa relação entre o cidadão natalense e a vegetação de grande porte na primeira década do século XX. A partir dos preceitos da História Ambiental Urbana, analisamos artigos veiculados nos jornais locais e, como contraponto, textos sobre arborização nas cidades brasileiras do período. Embora muitas cidades do país adotassem modelos europeus para sua reorganização espacial, certos equipamentos urbanos, como os jardins e avenidas arborizadas tiveram tratamento diferenciado. Em Natal, os residentes consideravam a vegetação de grande porte para fins estéticos um estorvo a ser eliminado, pensamento que alcançou a cidade contemporânea.

Palavras-chave

Arborização. História Ambiental Urbana. Natal/RN.

Abstract

The article discusses the complex relationship between the citizen of Natal and the large vegetation in the first decade of the twentieth century. We use the precepts of Urban Environmental History to analyze articles published in local newspapers and as counterpoint, texts about the trees in the Brazilian cities in that period. Although many cities in the country adopted European models for spatial reorganization, certain urban equipment such as gardens and tree-lined avenues had different treatment. In Natal, residents considered the large vegetation for aesthetic purposes a nuisance to be eliminated, idea which reached the contemporary city.

Keywords

Trees. Urban Environmental History. Natal/RN.

Considerações iniciais

A presença da natureza dentro da cidade sugere, a princípio, um pensamento conflitante. De maneira geral, essa ideia nos leva ao antagonismo polarizado entre o meio urbano (construído) e o natural (intocado), cuja coexistência aparenta inexistir. De fato, a relação entre o homem e a natureza possui tensões e conflitos e, na cidade, isso parece se potencializar. Afinal, é possível verificar que, com mais ênfase a partir do século XIX, os cidadãos transformaram as áreas verdes remanescentes do perímetro urbano em algo moldado e/ou construído conforme os gostos e as modas que deveriam servir ao homem a fim de proporcionar prazer e/ou serventia. Assim, jardins, hortos e bulevares foram criados, com árvores alinhadas e vegetação podada e cultivada. Contudo, essa artificialização da natureza teria outras consequências.

Em sua dissertação de mestrado, o professor Eugênio Mariano Fonsêca de Medeiros abordou a contemporânea relação entre os moradores da capital norte-rio-grandense e a arborização das áreas públicas. De acordo com o autor, essa relação é marcada pela destruição da vegetação, ocasionando não somente a perda do “patrimônio verde” da cidade, mas, sobretudo no consequente aumento dos casos de câncer de pele. E uma das motivações para essa destruição seria os “ditames da moda”, i.e., o uso de plantas de acordo com certas tendências paisagísticas as quais, necessariamente, não possuem cobertura vegetal que garanta sombra adequada aos pedestres (MEDEIROS, 2003).

Todavia, esse aparente despreço não se trata de uma exclusividade do século XXI. Em um artigo anônimo de 1902, o articulista do jornal *A Republica* tentava explicar a um viajante os motivos pelos quais a cidade dispunha de poucas árvores nos espaços públicos. “Então o povo é avesso á sombra?”, questionava o viajante; “Á sombra não, porque gosta muito de viver em casa, mas á arvore”, respondera o autor (FRIOLEIRAS, 1902, p.1).¹

No cerne dessa anedota, podemos perceber dois aspectos da vida natalense: a falta de vida social para além da soleira de suas portas e, principalmente, o pouco interesse em arborizar a cidade. E quando os Poderes Públicos tentavam sanar essa questão, com o aformoseamento das principais praças da cidade, a André de Albuquerque e a da República no início do século XX, as árvores quase não resistiram aos “ditames” da moda e/ou do desenvolvimento urbano. Afinal, como bem lembra Maria Stella Bresciani (2004), a cidade possui variadas camadas de significados, que oscilam entre o real e o ideal. É com base nessas camadas que o cidadão constrói (e destrói) os espaços urbanos – e, principalmente, os naturais – ali existentes. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é compreender a relação entre o pensamento e a vida urbanos e o plantio e a conservação das árvores nas cidades, com o intuito de contribuir nos debates da historiografia natalense. De acordo com Marcos Lobato

¹ A ortografia e a pontuação das citações foram mantidas de acordo com os documentos originais, inclusive os eventuais erros tipográficos e de redação, desde que esses não comprometam o entendimento do texto.

Martins (2007), se a História Ambiental vem construindo um inventário acerca das várias formas de interação entre o homem e a natureza e por entender que uma dessas formas mais explícitas se encontra no meio urbano, adotei os pressupostos da História Ambiental Urbana, definida como “o estudo do papel e do lugar da natureza na história da vida urbana” (ROSEN; TARR, 1994, p.301).

As fontes documentais utilizadas nesse artigo consistem em jornais locais em circulação, fotografias da paisagem urbana natalense e, como contraponto, os manuais e textos técnico-científicos que abordavam o uso de vegetação nas cidades brasileiras, naquele período. O artigo se divide em duas partes. Inicialmente, abordaremos arborização nas cidades na ótica da engenharia nacional do início do século XX. Em seguida, trataremos do arranjo espacial arbóreo em Natal e as motivações do despreço por parte de seus moradores.

“A arborização é um dever eminentemente brasileiro”

O engenheiro Joaquim Silvério de Castro Barbosa expôs, resumidamente, na citação usada como título desse item, o pensamento desses profissionais acerca do uso da vegetação nas cidades brasileiras². Segundo o autor, dois critérios deveriam se impor ao cultivo das árvores nas cidades: a estética e a higiene. Com relação ao primeiro, Barbosa enaltecia a grande e exuberante variedade de espécies aqui existentes, as quais poderiam ser facilmente escolhidas e plantadas em quaisquer cidades brasileiras. O resultado obtido, um verdadeiro espetáculo verde nas palavras do autor, surpreenderia até mesmo os europeus, famosos por seus jardins:

A largura das ruas póde em nosso paiz, graças á sua perpetua primavera, atingir àquellas dimensões, que espantarão os higienistas europeus e parecerão exageradas até ao eminente Fonsagrives, pela facilidade que temos em arborisal-as, escolhendo criteriosamente as espécies vegetaes conforme o clima (BARBOSA, 1900, p.147).³

De acordo com os pressupostos do pensamento higienista, as árvores renovariam os ares poluídos das cidades, criando condições saudáveis de vida. Logo, é possível estabelecer uma relação entre as ideias que mesclavam a circulação e a fisiologia do corpo humano à cidade, cuja vegetação teria, portanto, influência positiva. As palavras do engenheiro Lourenço

² Joaquim Silvério de Castro Barbosa foi o relator da Segunda Questão da Quarta Secção, intitulado “Obras municipais: Regras gerais que se devem prescrever para as construções nas cidades, tendo especialmente em consideração as condições peculiares ao nosso paiz do Congresso de Engenharia e Indústria promovido pelo Club de Engenharia em 24 de dezembro de 1900”. O Congresso foi concebido dentro das festividades do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, a partir de dez teses que englobariam três questões (Viação geral e viação sul-americana; Saneamento da Capital Federal; e Situação e desenvolvimento da Indústria nacional). A Revista do Club de Engenharia dedicou número ao Congresso, como pode ser visto na Bibliografia desse artigo.

³ O engenheiro se refere a Jean Baptiste Fonsagrives, professor de Higiene da Faculdade de Medicina da Montpellier, autor do livro “*Hygiène et assainissement des villes*”, de 1874.

Baeta Neves, então engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos Municipais do Estado de Minas, sugerem como tais vantagens permitiriam vida saudável ao cidadão:

Na comparação feliz e corrente das cidades com o organismo humano, os parques, as ruas e as avenidas arborizadas são sempre tomadas como o pulmão dessas aglomerações, no qual se purifica o ar, que dá vitalidade ao homem, revigorando o organismo social (NEVES, 1913, p.40).

O vigor do organismo social, conforme apregoa Neves, se manifestaria pelo convívio nas áreas públicas das cidades, a dizer, nas ruas e nas praças, as quais seriam aformoseadas e ajardinadas, termos comumente empregados na época. As ideias abordadas por Barbosa e por Neves coadunavam com o próprio processo de desenvolvimento urbano brasileiro, iniciado em fins do século XIX em diversas cidades, a exemplo Belo Horizonte, fundada em 1897, cuja proposta integrava a “[...] proposta paisagística de uma capital moderna, civilizada, construída segundo padrões de higiene e planejamento racional” (DUARTE, 2013, p.13).

Todavia, como nos alerta José Augusto Pádua (2009, p.340), desde meados do século XIX, o país convivía com dois movimentos antagônicos: um de elogio laudatório à natureza e, outro, que praticava “[...] contínua agressão contra algumas de suas principais manifestações”. Com o aumento da pauta de exportação brasileira – sobretudo o café –, os rendimentos diretos e indiretos (notadamente os impostos de importação e exportação) permitiram, nas palavras de João Miguel Arias Neto (2006), um movimento generalizado de modernização no país, com ênfase na transformação física das cidades.

O momento era propício. O período comumente denominado de Primeira República (1889-1930) assistiu a uma série de intervenções urbanísticas, visando justamente a erradicação da imagem da “desordem” e do “atraso”; enfim o país buscava eliminar quaisquer resquícios da herança colonial brasileira na medida em que o país intensificava sua adesão ao comércio internacional e, concomitantemente, a cidade passava a ser o referencial político-econômico (RIBEIRO; CARDOSO, 2006). O higienismo foi empregado para sustentação ideológica desse processo. A definição proposta por Sidney Chalhoub (1996, p.35) desvela mais do que uma simples prática sanitária:

Um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir ao “verdadeiro”, à “civilização”, implicam a despolitização da realidade histórica a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no “caminho da civilização”.

Era, na realidade, um pensamento difuso, empregado em diversas situações de intervenção do Poder Público na sociedade urbana, seja de caráter social (higienismo e sanitário), econômico (zoneamento e parcelamento do solo), estético (aformoseamento e

ajardinamento), entre outros. Ademais, foi usado para resolver os mais variados problemas sintetizados pelo termo "Questão Urbana", amparada não somente pela representação gráfica dos mapas, como apontou Bresciani (2014), mas por uma série de artifícios técnicos, incluindo estudos, levantamentos, relatórios que diluíam a densidade histórica da cidade.

No tocante ao tratamento paisagístico promovido pelas reformas urbanas, a degradação ambiental ganhou novos contornos na medida em que tais intervenções avançavam, graças aos investimentos públicos e privados. Em outras palavras, áreas naturais (consideradas ínvias ou insalubres) eram destruídas e, em seus lugares, novas áreas eram criadas para atender a expansão da malha urbana e aos anseios por lugares de sociabilidade.

Convém apontar que o movimento de transformação desses espaços em jardins não era uma exclusividade do início do XX; porém é perceptível sua maior inserção no meio urbano como áreas naturais. Contudo, uma vez que "[...] los parques y jardines se consideraban las únicas expresiones de la presencia de la naturaleza en la ciudad", esas áreas deveriam se ajustar princípios racionalistas da cidade (FADIGAS, 2009, p.34). Nesse sentido, os espaços anteriormente naturais agora transformados em jardins, teriam contornos próprios, os quais motivaram diversas discussões de que como se apresentaria dentro do perímetro urbano.

A forma de como o mundo natural deveria se submeter, mais uma vez, aos caprichos do homem resultou na imposição do alinhamento e da racionalidade no cultivo e no plantio das árvores e das flores (SIMONINI, 2014). A sociedade contemporânea vislumbrava o jardim como um pequeno mundo no qual o homem se tornaria o senhor absoluto, cuidando-o e tratando-o "[...] tal como os animais de estimação, [...] criadas em condições artificiais, submetidas por completo aos caprichos do homem" (THOMAS, 1996, p.287). O problema da existência de um espaço antrópico que se mostra natural tem como consequência a alteração dos ecossistemas ali existentes. O resultado dessas intervenções é a própria degradação do espaço, com o extermínio da fauna e flora originais e introdução de espécies exóticas (TARR, 2001).

O emprego da natureza sob a égide da régua e do compasso assumiu, contudo, uma inversão nas palavras de Barbosa e de Neves. Para o primeiro, as ruas deveriam se ajustar ao tipo de árvore adotada, e não o contrário: "As ruas para receber esse benefício devem ter a largura dependendo das dimensões das arvores escolhidas". O critério elegido por Barbosa se alinhava as exigências das posturas municipais do Rio de Janeiro: "Suppondo 7 metros o diâmetro mínimo da copa, dando 4 metros do pé às linhas das casas, resultam 17 metros para largura mínima dessas ruas" (BARBOSA, 1900, p.147). Neves vai além, ao afirmar que a configuração espacial da cidade deveria incidir em seu projeto e desenvolvimento físico, seguindo, nas palavras do autor, seus caprichos:

E nada mais pode concorrer para manter a atmospherã physica e até moral das localidades, do que ruas arborizadas e bem traçadas, não contrariando a natureza, cujos caprichos, bem aproveitados, constituem o verdadeiro encanto das cidades

modernas, naturalmente saneadas pela renovação do ar, e pela movimentação das águas (NEVES, 1913, p.40).

É possível traçar alguns paralelos entre o pensamento de Neves e o do arquiteto alemão, Camillo Sitte. De acordo com o livro, "A Construção das Cidades segundo seus Princípios Artísticos", Sitte (1889,1992)⁴ buscava sobrepor o rígido traçado matemático das cidades com a adoção de elementos estéticos, principalmente nos espaços públicos. Segundo Carlos Roberto Monteiro de Andrade (2006, p.287), Sitte denunciava o "esvaziamento dos espaços abertos", decorrente das novas propostas urbanísticas que criara a "agorafobia – decorrente da desertificação dos espaços públicos".

O traçado curvilíneo das ruas e o projeto assimétrico dos jardins eram princípios caros para Sitte. O arquiteto buscava, então, convencer os gestores urbanos a considerar tais princípios durante o planejamento das cidades, a fim de manter certa harmonia com a paisagem então existente, evitando intervenções mais drásticas. A afirmação de Neve sobre essa questão evidencia aproximações com Sitte:

Trabalhando pela vegetação dos meios urbanos, sem grandes sacrifícios conseguida, si nella for interessado o próprio povo, os responsáveis pelo plano das cidades devem tudo fazer para, nestas, não serem desprezados os accidentes e recursos naturaes dos quaes muito pode ganhar a localidade (NEVES, 1913, p.47-48).

Contudo, Neves advertia acerca do uso equivocado de elementos naturais na paisagem urbana. Se empregado excessivamente, tais elementos se transformariam no inverso de sua função original; de um lugar criado para o convívio social e de refúgio das atividades citadinas, essas áreas passariam a ser vistas como locais a serem evitados. Consequentemente, se tornariam espaços depredados e, por fim, abandonados. Vale a citação:

É facto, interessante o que se dá muitas vezes nas cidades – o homem estraga o que é natural tentando imitar a natureza; deixa elementos naturaes dessa ordem, que inutilizia, ás vezes, sem motivo de ordem superior, para artificialmente repetil-os mal, em outros pontos da cidade, em parques custosos e de conservação onerosa, que o publico abandona (NEVES, 1913, p.50).

Convém ainda apontar os limites entre o natural e o artificial na fala de Neves. Se existe o erro em tentar imitar a natureza – transformando-a em algo díspar da realidade – podemos ainda afirmar que a sua criação, em si, já pode ser vista como um constructo. Afinal, como afirma Horacio Capel (2002, p.292), há duas facetas na inserção de elementos naturais na cidade:

⁴ Para se evitar possíveis confusões entre o ano da edição utilizada e o período no qual o autor escreveu, adaptei as normas de citação, incluindo o da edição original, em itálico, quando for relevante. Da mesma forma, no item "Referências", empreguei o uso de colchetes após o nome do autor.

Por un lado, a través del jardín puede intentarse la imitación y la reproducción, lo que supone un intento de reconstituir la naturaleza cerca del hombre, y el sentido constituir un empeño válido. Por otro, a la vez, ese intento puede ser juzgado negativamente, al representar un mal sucedáneo de la naturaleza en sí misma, la cual en realidad no puede ser imitada.

Artificial ou não, a natureza se fez presente nas cidades e as regras evocadas por Barbosa em 1900 ecoaram no ensino politécnico brasileiro. De acordo com o manual de arquitetura (ministrado para os alunos de engenharia do quinto ano da Escola Politécnica do Rio de Janeiro) de 1916, a escolha das árvores deveria atender diversos critérios, incluindo os de higiene, e com atenção a proporção ideal entre o tamanho da espécie em relação às vias de circulação.

A arborização deve ser feita nas cidades, nas praças, jardins, ruas e cemitérios, obedecendo a certas regras, pois nem todas as ruas se prestam para receber árvores. Os higienistas mais exigentes impõem uma distancia de cinco metros entre uma e outra fila de árvores. Conforme a largura da rua as árvores podem ser em 2,3,4 e 5 filas. Haverá o cuidado de deixar, nas árvores plantadas no passeio, um espaço de um metro entre o meio fio e o tronco (NOTAS..., 1916, p.120).

Em uma época em que os automóveis ainda não dominavam a paisagem urbana, os “engenheirandos” deveriam verificar qual a melhor forma de disposição das árvores de acordo com a estética ou com a conveniência de circulação. Nesse sentido, as ruas e as avenidas disporiam de uma quantidade de cobertura vegetal adequada, além de organização espacial de acordo com resultados mais vantajosos para a cidade.

Quando os passeios são muito longos, 8 metros pelo menos, permite-se a plantação de duas filas de árvores. Ruas ha que permitem apenas uma fila de árvores, ao centro; e outras, duas ao lado. O primeiro modo é mais conveniente devido a circulação de vehiculos sendo, porem o segundo mais pitoresco (NOTAS..., 1916, p.120).

E embora a flora brasileira possuísse grande variedade vegetal, com possibilidade de transformar as cidades em grandes jardins frondosos, os engenheiros deveriam se ater a algumas condições sobre qual seria o melhor tipo a ser empregado, uma vez que “as árvores devem ser de raízes pivotantes, bem copadas, que não dêm fructos e de folhas perenes” (NOTAS, 1916, p.121). Na prática, muitas árvores usadas nas ruas brasileiras eram frutíferas, como as mangueiras, ou de raízes axiais, como os ipês. Prevaleciam, na realidade, as peculiaridades de cada cidade ou dos critérios pessoais dos engenheiros, mas, sobretudo, pela grande copa desses espécimes, para atenuar as altas temperaturas de algumas regiões do país, principalmente, em sua parte setentrional.

Se a régua e o compasso determinavam os rumos da cidade e as escolhas deveriam se ater a questões específicas de tamanho, raiz e folhagem, igualmente havia espaço para que as

árvores se desenvolvessem naturalmente. Ou seja, o alinhamento deveria prevalecer, mas que se mantivesse a sua forma e aspecto o mais pitoresco possível: “A conservação e educação da arvore devem merecer especial cuidado e, si se não deve deixar na poda, as irregularidades naturaes, tambem o corte, dando formas geométricas, não é aconselhado” (NOTAS..., 1916, p.122).

Ruas e avenidas arborizadas, criação de hortos e de jardins. As ideias que circulavam nas escolas de engenharia e entre os intelectuais brasileiros apontavam para a importância da presença de áreas verdes nas cidades, seja pelo viés higienista ou estético/civilizador. Mas, há de se destacar os alcances dessas intervenções. Os princípios mencionados seriam usufruídos apenas por uma determinada parcela da sociedade, as elites político-econômicas, que almejavam construir uma nova paisagem urbana à luz de seus desejos e em locais específicos, notadamente nas áreas centrais (onde moravam e passeavam). Essa paisagem tornou-se híbrida, natural e artificial, para deleite de olhares próprios, de acordo com os significantes que marcariam, primeiro, o pensamento dos gestores urbanos e dos grupos a eles ligados. Em seguida, consubstanciariam as intervenções na cidade, criando uma identidade própria e de pertencimento do lugar, mas não compartilhado por todos (PESAVENTO, 2007).

Se mantivermos em acordo com o pensamento da Sandra Jatahy Pensavento (2006), de que a representação da cidade ideal era a força motriz para as intervenções na cidade real, percebemos que essa translação ocorreu com conflitos, tensões e adaptações para que tal projeto fosse viável. Isso significava que o esforço dos gestores urbanos na transformação física das cidades acarretou em impactos ao meio ambiente, afinal “[...] a construção de cidades requer uma extensiva modificação de ecossistemas e criação de novas paisagens” (KEYES, 2000, p.381)⁵. Nesse sentido, enquanto que intelligentsia nacional se esforçava em adotar ideais higienistas e estéticos para as intervenções, incluindo tratamento paisagístico, é possível verificar que esse processo não foi prontamente assimilado quando posto em prática – ou assumiu outras conotações e ações.

Natal, uma cidade sem ser Cidade...e sem árvores

A capital do Rio Grande do Norte, embora de fundação centenária (1598), ainda se encontrava distante do modelo idealizado de cidade entre fins do século XIX e início do XX (Figura 01). Com efeito, antes das diversas reformas urbanas iniciadas no país, principalmente a partir transformação do Rio de Janeiro num canteiro de obras e de vitrine brasileira para o mundo, entre 1903 e 1910, parte da sociedade natalense já demonstravam sua insatisfação para com os aspectos ainda coloniais da cidade⁶. A fala do articulista do jornal *O Caixeiro* nos fornece um quadro geral da situação de Natal, naquele período:

⁵ Do original: “City building required extensive modification of ecosystems and created new landscapes”.

⁶ A historiografia brasileira sobre o processo de modernização das cidades no país é vastíssima, como, por exemplo: HERSCHMANN, Micael; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno*:

Natal é uma pobre e pequena cidade de edificação irregular e mesquinha: *faltão-lhe por emquanto, arrabaldes pittorescos e amenos*; os recursos da alimentação são pouco variados e por preços inacessíveis á pobreza; a illumination, muito elementar e parca, é feita por verdadeiras lamparinas, cheias de um recato penumboso e tímido; o Cemiterio é insufficiente e feio, *sem uma arvore, sem uma flor*, sem gosto nem sentiria na disposição dos carneiros; as ruas, apesar dos recentes esforços da intendencia, procurando nivellar as calçadas, ainda são irregulares e sujas; *as praças são tristes, não tem uma sombra, não tem um assento*; e o caes...esse então é um horror! (A CAPITAL, 1892, p.1, grifos nossos).

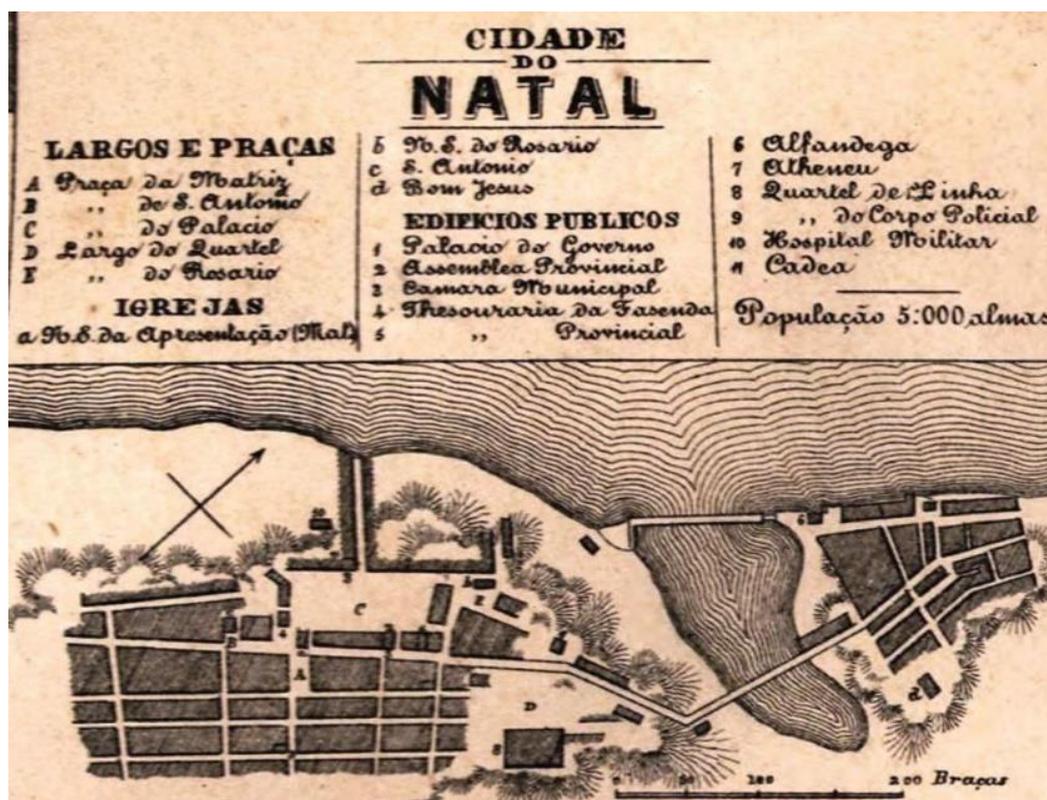


Figura 01 – Cidade do Natal, 1868. À esquerda, o bairro da Cidade Alta; à direita, a Ribeira.

Fonte: ALMEIDA, 1868.

Outros cronistas e articulistas representaram a pacata cidade com termos similares ao constante no artigo do *Caixeiro*. Dessa imagem pejorativa, ficou marcada a expressão imortalizada pelo eminente historiador e folclorista, Luiz da Câmara Cascudo: “Natal? Não há tal!”. Apesar dos diversos melhoramentos urbanos iniciados nos primeiros anos do século XX,

medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994; LEME, Maria Cristina. *Urbanismo no Brasil* (1895 – 1965). 2.ed. São Paulo: FUPAM, 2005; PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; PINHEIRO, Eloisa Petti; GOMES, Marco Aurélio (org.). *A cidade como história: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Bahia: EDUFBA, 2005; SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Cidades capitais do séc. XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: USP, 2001; SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Studio Nobel, 1997. Acerca desse processo em Natal, cf. FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George. (Org.). *Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDFURN, 2006.

Natal, sob o olhar de suas elites ainda não era uma cidade: “esta [a capital] alargou-se, estendeu-se, porém os melhoramentos não alteraram a sua physionomia de aldeia” (CASTRICIANO, 1902, 1993, p. 223).

Conquanto a visão pouco lisonjeira de Natal prevalecesse, eu gostaria de atentar para os trechos grifados no artigo de 1892. Para uma cidade que não exalava ares urbanos, deveria então haver uma exuberância vegetal em seus arredores. Contudo, a falta de “arrabaldes pitorescos” apontava para outra direção. Possivelmente, o autor anônimo buscava aproximações às idealizações edênicas ou aos recantos europeus.

De fato, o olhar nos leva a uma Natal sem árvores, ou flores em suas ruas e praças. Aliás, como é possível observar na Figura 02, a farta cobertura vegetal da cidade do início do século XX se restringia aos quintais das residências ou nas áreas limítrofes do perímetro urbano. E no canto inferior direito, uma única árvore – recém-plantada – se localiza, solitária, no meio da rua.



Figura 02 – Rua Santo Antônio/Natal, c.1904.

Fonte: IHGRN. Acervo Bruno Bougart.

Provavelmente, as árvores existentes no espaço privado das casas eram frutíferas e cultivadas justamente para prover aos moradores produtos alimentícios. Funcionalidade, portanto, em detrimento da estética ou de sombreamento, se figurava com justificativa para de arborização por parte do natalense. E com relação à vegetação ao fundo, é interessante contrapor a fotografia com a crônica de Polycarpo Feitosa, pseudônimo de Antônio José de

Melo e Souza (governador do estado do Rio Grande do Norte em duas ocasiões: 1907-08 e 1922-24).

De acordo com Feitosa, o viajante, ao chegar na cidade de Natal de barco, não veria uma “[...] vegetação luxuriante, a floresta esplêndida, sombria e intrincada, cuja verdura incomparável e perpétua tenta seduzir [o estrangeiro]” (FEITOSA, 1899, 200-?, p.9-10). E o que ele encontraria? Em 1972, Veríssimo de Melo, ao discutir o centenário da obra escrita por Lindolpho Câmara, “Memórias e Devaneios”, nos responde ao elaborar uma classificação arbórea de acordo com a vegetação existente na década de 1970 e a observada por Câmara: a) *ainda abundantes*: mangabeiras, cajueiros e pés de cajarana; b) *difíceis de encontrar*: pés de maçarandubas, gerabirabas, camboins, ingás de corda e oitizeiros; e c) *desconhecidas*: pés de ubai e guajerus (MELO, 2006). Como mencionei anteriormente, o olhar do cronista se transveste com os modelos europeus e, logo, buscava por um tipo de cobertura vegetal inexistente; o que via, portanto, não lhe agradava.

A mesma situação pode ser vista nas duas praças da cidade, a da República e André de Albuquerque, localizadas nos dois primeiros bairros de Natal, Ribeira e Cidade Alta, respectivamente. A praça da República, de fato, inexistia. No seu lugar, havia um extenso alagado (como visto na Figura 01) que não somente feria a estética de fins do século XIX, como igualmente era considerado um perigo à saúde, dado às teorias miasmáticas em voga naquele período. O articulista do jornal *O Nortista* expõe sucintamente essa questão: “a *Praça da Republica* é actualmente um charco, um pântano, um receptaculo de aguas putridas que alli vão ter de diferentes pontos da cidade, sem um escoadouro – a não ser uma mal aberta levada, que deixou montões de terra nas ruas, difficultando mesmo o transito publico” (A PRAÇA..., 1895, p.1). A convergência entre o “zelo sanitarista” e a “busca do prazer estético” motivariam, logo, o poder público para a construção dos jardins nas praças da cidade (ARRAIS, 2009).

O autor solicita ao governo, nesse sentido, que resolvesse o duplo problema da praça, indicando quais seriam as prioridades. E dentre elas, ele aborda, com certa propriedade, a questão da arborização como solução de estética, mas, sobretudo de conforto ante as altas temperaturas da cidade.

Aterre-se aquelle pântano, que é também prejudicial a salubridade publica; faça-se alli, se não os grandes embellesamentos a que se presta a Praça da Republica, - ao menos torne-se aquelle largo o vasto terreno capaz de tranzitar-se, - arborizado, onde à fresca sombra de palmeiras e outros naturaes do Brazil, possuem alli os estrangeiros e nacionaes encontrar abrigo aos ardores do sol, nesse tranzito fatigante entre a Ribeira e a cidade alta (A PRAÇA..., 1895, p.1).⁷

⁷ Até a década de 1930, Natal possuía uma íngreme ladeira de terra entre os dois bairros da cidade. A situação gerava diversos transtornos aos moradores seja durante os períodos chuvosos ou nos dias quentes do verão. Sobre essa situação e as tentativas de integração da cidade com a construção de um boulevard, cf. SIMONINI, Yuri. *Ribeira, técnica versus natureza: transformações em prol de um “projeto” de modernização (1860-1932)*. Natal: EDUFRN, 2014. Câmara Cascudo, soturnamente, comentou sobre

Embora as críticas se mantivessem por todo o período, somente em 1902 a Praça da República seria convertida num espaço de sociabilidade, equipada e arborizada, “com árvores esplêndidas, com repuxos, bancos, cabana rústica, pontes e um sapo de cimento que fazia meus assombros meninos” (CASCUDO, 1974, p.119). Cabe destacar que o local foi também escolhido para a construção do teatro da cidade e, juntos, se transformaram em símbolos caros à sociedade potiguar. O projeto do teatro e da praça ficou a cargo do arquiteto Herculano Ramos. Porém, os ditames da cidade moderna deram um duro golpe à praça. Em 1944, a população natalense mais do que dobrara com a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial e a capital potiguar havia se tornado base aérea-naval dos aliados. Sem um planejamento adequado, a cidade passou um rápido processo de urbanização, com conseqüências sentidas pela população até os dias atuais.

Cascudo (1947, 1999, p.154) escreveu, em 1946, sobre a situação da praça ao final do período bélico: “Esse parque, maravilhoso de justiça urbanística, foi sendo pouco a pouco guerreado e acabou no que está, praça banal entre praças banalíssimas. [...]. Mutilado e sem função é um lugar por onde se passa e nada sugere parar e descansar”. E o golpe final se deu com a construção da rodoviária em 1963 no local, que dividiu a praça em duas partes, agravando ainda mais a destruição da mesma, como bem apontou Paulo José Lisboa Nobre, Marizo Vitor e Isaías Silva Pereira (2008).

A Praça André de Albuquerque – marco zero da fundação da cidade – na realidade não passava de um descampado e sem equipamentos urbanos, como calçadas, bancos, jardins, entre outros (Figura 03). Com poucas árvores ao seu redor, a praça mais parecia um terreno baldio do que um logradouro público, pelo menos de acordo com o padrão estético do início do século XX. A conclusão do articulista do *Caixeiro* não poderia ser mais precisa no que se refere aos logradouros públicos da cidade: “as praças são tristes, não tem uma sombra, não tem um assento” (A CAPITAL, 1892, p.1).

Se, por um lado, a arborização das praças não era uma preocupação direta por parte do Governo e da sociedade em geral, a questão da derrubada das árvores, por outro, mereceu certa atenção. Todavia, tal preocupação não era de caráter preservacionista ou conservacionista e sim “[...] a um perigo imminente que ameaça parte desta capital”⁸. A fala

a primeira tentativa de criação desse boulevard por parte do presidente da província, em 1853: “Ocuparia o caminho, quase desocupado, entre os dois bairros, Cidade Alta e Ribeira. A visão de Pereira de Carvalho era justa e se o Jardim-Alameda tivesse nascido em 1853, teria oferecido aos natalenses anos e anos de recreio e alegria visual”. (CASCUDO, 1956, p.1).

⁸ Basta lembrar que somente a partir de 1920, que grupos de intelectuais, técnicos e funcionários públicos começaram a se organizar em torno de políticas públicas para a conservação do patrimônio natural de forma mais abrangente. Embora as preocupações preservacionistas emergissem na virada do século XIX para o XX, ainda não se encontravam plenamente amadurecidas. Warren Dean (2004, p.253), nos esclarece sobre esse momento: “Teria que surgir uma geração nativa de cientistas e ativistas. Isto de fato ocorreriam em meio à crise pós-guerra e ao colapso da república positivista. Dessa vez, as propostas conservacionistas, influenciadas por uma emergente ideologia de estatismo e intervenção social, seriam clara e decisivamente políticas”. Tal geração, para José Luiz de Andrade Franco e José Augusto

do editor-chefe do jornal *A República*, Manoel Dantas, acerca do morro de Areia Preta, alertava para as consequências do desmatamento dessa localidade que estava “[...] a desmoronar-se para o lado da cidade” (UM PERIGO..., 1901, p.1). O redator expôs os responsáveis e suas motivações:

Primeiramente, consentiu-se a acção destruidora dos lenheiros acabasse a vegetação que cobria o morro e fixava as areias. Depois, não sabemos com que intuito, ou em virtude de que desleixo, fez-se uma espécie de caminho do plano para o cimo do morro que tornou-se o Sport favorito da garotagem vadia que todas as tardes se exercitam naquella subida, preparando o caminho ás areias e determinando a futura destruição de parte desta capital (UM PERIGO..., 1901, p.1).



Figura 03 – Praça André de Albuquerque/Natal, c.1904.

Fonte: IHGRN. Acervo Bruno Bougart.

Apontados os culpados, o articulista solicitou ao poder público duas medidas para impedir o avanço das areias em direção à cidade. A primeira, era a “proibição rigorosa de transito pelas partes escavadas do morro”; além da “fixação das areias por meio de plantações de arvores, arbustos ou grammas adequadas” (UM PERIGO..., 1901, p.1). Tratava-se de ações que buscavam salvaguardar parte da cidade do soterramento, caso nada fosse feito. É preciso entender, inclusive, que o trecho urbano que sofria com essa situação era o recém-criado bairro de Cidade Nova, área concebida para a residência das elites natalenses, com largas avenidas e generosos lotes. A denúncia surtiu efeito apenas um ano mais tarde, quando a Intendência municipal promulgou lei para coibir a prática do desmatamento:

Drummond (2009), foi personificada nas figuras de Alberto José Sampaio, Armando de Magalhães Correa, Candido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne.

O digno e honrado presidente do governo municipal, o nosso presado amigo coronel Joaquim Manuel, tendo a sciencia de que varios individuos estavam barbaramente devastando os morros do Morcego e da Areia Preta, abrindo roçados e queimando o matto, mandou alli os guardas e fiascaes da Intendência, que prohibiram a devastação e prenderam um dos individuos encontrado em flagrante delicto de infracção das posturas municipaes (DEVASTAÇÃO..., 1902, p.1).

Da cidade com praças nuas e ruas quase sem árvores, retomo ao artigo anônimo de 1902 que transcrevia conversa entre o articulista e o viajante, curioso sobre Natal. Em um primeiro momento, o visitante tece diversos elogios a cobertura vegetal existente, ao mesmo tempo em que observa irregularidades na disposição espacial da mesma: "Que bellas arvores! A brisa sopra ligeira e traz-me uma impressão de frescura que tonifica o organismo moído pela canícula da terra. Já deviam, pelo menos, ter arborizado a ladeira da Cidade Alta". Em tom fatalista, o jornalista responde: "Estas arvores que o senhor vê, mais dia menos dia vão abaixo, porque a desafiam o protesto diário da população natalense" (FRIOLEIRAS, 1902, p.1).

Diante da surpresa do viajante ao constatar o paradoxo do apreço à sombra, mas não das árvores, o articulista explica as motivações do natalense, narrando o seguinte episódio ocorrido na cidade:

Há annos um presidente da Intendência, ouvindo dizer que nas cidades importantes como a nossa, as praças e as ruas eram arborizadas, teve a idéia desastrada de esgotar os cofres municipaes com a arborisação de alguns bairros. O povo protestou logo porque as arvores iriam prejudicar a belleza dos aspectos de superfície plana, a meninada foi tirando as tariscas de madeira dos cercados para fazer bодоques e algumas arvores que affrontaram a má vontade popular, foram cortadas implacavelmente, porque só serviam para ajuntar passarinho (FRIOLEIRAS, 1902, p.1).

É interessante apontarmos alguns pontos desse trecho. Nele, encontramos uma das causas que demonstra as motivações do despreço potiguar. Fala-se de uma estética horizontal, sem obstáculos cuja verticalidade vegetal não era apreciada. Para uma cidade sem edifícios (o primeiro a ser construído data da década de 1930), o olhar do natalense para a paisagem que o cercava desvela uma espacialidade distinta, mas não para o prazer estético, como bem observou Cascudo (1956, p.1): "Por uma curiosa indiferença aliada aos interesses financeiros, Natal é uma cidade sem horizontes". O segundo ponto exprime tanto a falta de manejo ou de fiscalização para evitar a retirada das "tariscas", porém, sobretudo pelo corte indiscriminado por conta dos pássaros.

É tentador afirmar que o natalense não igualmente gostava dos animais silvestres, mas pode existir outros motivos tais como o barulho que os mesmos fazem e a sujeira por eles deixada. De qualquer forma, a árvore, para o morador da capital, se relacionava aos obstáculos visuais, a sujeira e ao barulho. Portanto, ela deveria ser eliminada do espaço

público da cidade, para que a paisagem projetada, nas palavras de Pensavento (2007), se mantivesse de acordo com as próprias representações de como uma cidade deveria ser.

No interior, essa percepção, embora se revestisse sob outros aspectos, se manteve. Em 1929, ao percorrer as cidades sertanejas, Cascudo (1929, p.1) observa a “[...] ausência quase total das árvores nas cidades do interior”. A motivação era econômica: a monocultura do algodão era a principal atividade, exigindo largas parcelas de terras. Porém, nem mesmo o cultivo algodoeiro pode ser apontado como o principal motivo, uma vez que “[...] bateu o machado nas coroas dos rios e largos tractos de terra que conheci sombreados e frescos, encontrei-os devastados. E sem algodão”. Ele chega a afirmar que se tratava da herança portuguesa do uso do “limpo da casa” em conjunto com o gosto no sertanejo somente pela sombra e não da árvore – tal qual o natalense (CASCUDO, 1929, p.1).⁹

Se Câmara Cascudo exprimiu uma visão geral do desnudamento do sertão norte rio-grandense, Octacílio Alecrim (1929, p.1) relata o caso de Macaíba, uma das principais cidades do estado, que “[...] esqueceu positivamente o patrimônio tradicional de suas árvores”. A analogia que o autor usa, uma paisagem de guerra, pode ser vista tanto pelo aspecto de destruição, quanto do sentimento de tristeza que um conflito bélico proporciona àqueles por ela afetados:

Há ruas que dão idéia de “mutiladas” da Grande Guerra, tão triste é o espectáculo das poucas cocurutas isoladas. Cortaram os poucos pés de fícus-benjamim, cerraram as mangabeiras, espatifaram as amendoeiras e podaram de mais, feiamente, os lindos parasões verdes que enfeitavam a entrada da cidade (ALECRIM, 1929, p.1).

Diante desse cenário desolador, Alecrim (1929, p.1) emprega a ironia para denunciar a derrubada das árvores na cidade. Clama, nesse sentido, pelo instrumento do lenhador, que se tornaria o símbolo do desmatamento mundialmente: “Ao machado! Ao machado! As tuas árvores, Macahyba, foram decapitadas como intrusas no solar das palmeiras indígenas que te chrismaram o nome!”. Nesse sentido, a representação elaborada por Alecrim pode ser vista como consequência da dissociação vivenciada pelos cidadãos entre a natureza e o homem, um processo iniciado no século XIX, ganhando contornos mais nítidos até a atualidade.

Retomo, por fim, as ideias de Eugênio Mariano Fonsêca de Medeiros, ao percorrer a cidade contemporânea, cada vez mais desprovida de cobertura vegetal, dando lugar à espaços de concreto ou com extensos gramados. Trata-se, portanto, de uma nova paisagem que evoca a “planura” do horizonte do século XX (contra às árvores), porém permite a existência da cidade vertical do século XXI, se adotarmos o termo cunhado por Nadia Somekh (1997), alterando sobremaneira a forma de vivenciar a cidade e a relação dessa com os espaços naturais urbanos.

⁹ O “Limpo da casa” é uma área ao redor da residência que o interiorano mantém quase sem nenhum tipo de vegetação, tanto de grande ou de pequeno porte, exceto por uma única árvore para sombreamento.

Considerações finais

O apelo estético e higienista da virada do século XIX para o XX, que varreu muitas cidades brasileiras, buscava criar um ambiente salubre para a população, projetando avenidas largas e arborizadas e parques e jardins para a prática da sociabilidade. Contudo, a adoção desse estilo no país esbarrou em outras questões que provocariam uma adaptação dos ideais europeus, com características singulares em cada cidade. O desenvolvimento urbano sem adequado planejamento, ou privilegiando determinadas partes da cidade – notadamente para o usufruto de uma parcela de maior poder aquisitivo – gerou um palimpsesto com a mútua existência de áreas “aformoseadas” e outras negligenciadas.

Somado a esses aspectos, temos, no país, uma negação tanto da herança portuguesa quanto da forte presença da natureza nas aglomerações urbanas. Era preciso mudar a fisionomia de aldeia; era preciso transformá-la numa Cidade grafada à maiúscula; para tanto, ruas foram abertas, novas edificações foram construídas. Todavia, a mentalidade do morador ainda permaneceu a mesma, avessa à árvore, mas não à sua sombra. Isso demonstra quão complexa é o processo de constituição da cidade brasileira no século XX.

Exemplos nacionais e estrangeiros apontam nessa direção. Regina Horta Duarte (2007) demonstra como a arborização de Belo Horizonte, em especial o Ficus-Benjamim, foi afetada pela rápida expansão urbana na década de 1960. Plantados em 1910, transformaram a principal avenida da cidade num belo cenário postal. Diversos cronistas, entre as décadas de 1930 e 30, descreveram a exuberância e beleza da paisagem belo-horizontina, como João do Rio, Mário de Andrade, Sylvio de Vasconcelos, Carlos Drummond de Andrade, entre outros (DUARTE, 2007).

Porém, isso não impediu que a população destruísse as mudas, as cercas e as próprias árvores. E o ato final de destruição partiu do próprio poder público, quando uma infestação de *Gynaikothrips ficorum* (Marchal) atacou os fícus da Avenida Afonso Pena, em 1963. A prefeitura, sem consulta pública ou anúncio na imprensa, literalmente resolveu a situação cortando o mal pela raiz: pôs abaixo 350 árvores. Duarte (2009, p.146) narra como isso aconteceu: “entre 20 de novembro a meados de dezembro, os residentes acordavam todos os dias numa avenida cada vez mais irreconhecível, uma vez que os cortes sempre ocorriam à noite”.¹⁰

Da mesma forma, casos estrangeiros podem igualmente ser assinalados. O artigo escrito pelo engenheiro espanhol Luís Gutierrez Sáinz, ainda em 1897, debatia sobre a utilidade das árvores para a vida no planeta. Segundo o engenheiro, a falta de conhecimento das vantagens do plantio de árvores se tornou um grave problema, em detrimento ao conhecimento científico adquirido: “Desgraciadamente, para la generación moderna, al paso que los siglos han ido acrecentando y perfeccionando cuando les legalaran de útil y provechoso

¹⁰ Do original: “From November 20th until the middle of December, the residents awoke every day to an increasingly unrecognizable avenue, since the felling was always done at night”.

los que los precedieran, respecto del arbolado ha sucedido lo contrario". E se questiona: "¿Acaso la civilización moderna ha descubierto que son perjudiciales los árboles?" (GUTIERREZ SÁINZ, 1897, p.357). E nas breves páginas seguintes, Gutierrez Sáinz procurou demonstrar, de forma científica, a importância da cobertura vegetal para homem, seja na questão de renovação do ar e até mesmo a relação entre o sombreado proporcionado pelas árvores e a temperatura ambiente.

Para uma cidade que se buscava ser moderna, mas que não possuía praças arborizadas, nem belos bulevares, Natal vivenciava um momento de transição em 1902, quando o viajante fez as observações registradas no "Frio-leiras". O então governador do estado, Alberto Maranhão, iniciaria uma série de reformas na cidade, embelezando-a de acordo com os ditames europeus. Mas, o natalense ainda mantinha desconfiança às árvores e aos seus passarinhos, pensamento que se manteve e se ampliou na década de 1920, e cujos negativos reflexos ainda podem ser vistos na atualidade, com jardins sem árvores numa cidade que tanto necessita delas.

Agradecimentos

O autor do trabalho agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES – pela concessão da bolsa de doutoramento que permitiu a elaboração desse artigo.

Referências

- A CAPITAL. (1892). **O Caixeiro**, Natal, 26 de outubro, anno 1, n.12, p.1.
- A PRAÇA DA REPUBLICA. (1895). **O Nortista**, Natal, anno 4, n. 288, p.2, 1 set.
- ALECRIM, Octacílio. (1929). **As arvores de Macahyba**. *A Republica*, Natal, anno 41, n.122, p.1, 2 jun.
- ALMEIDA, Cândido Mendes. (1968). **Atlas do Império do Brazil: compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciárias. Dedicado a sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II, destinado a Instrucção Publica no Império com especialidade a dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. (1996). Camillo Sitte, Martin e Saturnino de Brito: traduções e transferências de ideias urbanísticas. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.287-310.
- ARIAS NETO, João Miguel. (2006). Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo do Liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- ARRAIS, Raimundo. (2009). O mundo avança! Os caminhos do progresso na cidade de Natal no início do século XX. In: BUENO, Almir de Carvalho (Org.). **Revisitando a História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN. p.159-193.
- BARBOSA, Joaquim Silvério de Castro. (1900). Congresso de Engenharia e Industria. **Revista do Club de Engenharia**, Rio de Janeiro, série 4, n.1, p.135-183, dez.
- BRESCIANI, Maria Stella. (2016). **A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projeto**. *Urbana*, v.6, n.8, p.63-94, jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635293/pdf>>. Acesso em 3 mar.
- BRESCIANI, Maria Stella. (2004). **A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada**. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, v.6, n.2, p.9-26, nov.
- CAPEL, Horacio. (2002). **La Morfología de las ciudades: Sociedad, cultura y paisaje urbano**. v.1. Barcelona: Serbal, Colección La Estrella Polar.
- CASCUDO, Luís da Câmara [1947]. **História da Cidade de Natal. Edição comemorativa do Centenário de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (1998), do IV Centenário da construção da Fortaleza dos Reis Magos (1998) e da fundação da Cidade do Natal (1999)**. Natal: IHGRN, 1999.
- CASCUDO, Luís da Câmara. (1974). **O livro das velhas figuras: pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte**. v.1. Natal: IHGRN.
- CASCUDO, Luís da Câmara. (1956). **História & Estórias: Miradouros da Cidade do Natal**. *A República*, Natal, ano 93, p.1, 10 jul.
- CASCUDO, Luís da Câmara. (1929). **Arborização nas cidades sertanejas**. *A República*, Natal, anno 41, n.76, p.1, 5 abr.
- CASTRICIANO, Henrique [1902]. **Seleta: textos e poesia**. In: ALBUQUERQUE, José Geraldo (Org.). Natal: Escola Doméstica, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. (1996). **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- DEAN, Warren. (2004). **A ferro e fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. 5.reimpr. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- DEVASTAÇÃO dos morros. *A República*, Natal, anno 14, n.274, p.1, 22 dez. 1902.
- DUARTE, Regina Horta. (2013). **Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil**. *História*, São Paulo, v.32, n.2, p. 3-20, jul./dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v32n2/a02v32n2.pdf>>. Acesso em: 29 fev. 2016.
- Duarte, Regina Horta. (2009). **Urban Trees and Urban Environmental History in a Latin American City: Belo Horizonte, 1897–1964**. *Global Environment*, n.3, p.120-153. Disponível em: <http://www.environmentandsociety.org/sites/default/files/key_docs/duarte_2009_3_0.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2016.

DUARTE, Regina Horta. (2007). **À sombra dos fícus: cidade e natureza em Belo Horizonte**. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, p. 25-44, jul./dez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n2/a03v10n2.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FADIGAS, Leonel.(2009) **La estructura verde en el proceso de planificación urbana**. *Ciudades – La Naturaleza en la ciudad: lugares y processos*, Valladolid, n.12, p. 33-47, 2009.

FEITOSA, Polycarpo [1899]. **Vida Potyguar** (200?). Natal: Sebo Vermelho, [200-?].

FONSÊCA, Eugênio Mariano. (2003). **Estética do apocalipse: (re)considerações acerca da (des) arborização urbana de Natal e seu contributo à saúde pública**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. (2009). **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FRIOLEIRAS. **A Republica**, Natal, n.50, ano 14, p.1, 06 mar. 1902.

GUTIERREZ SÁINZ, Luis. (1897). **Utilidad del Arbolado**. *Revista de Obras Publicas*, Madrid, n.44, tomo 2 (1149), p.356-359, 1897. Disponível em: <http://ropdigital.ciccp.es/public/detalle_articulo.php?registro=6785>. Acesso em: 18 set. 2009.

KEYES, Jonathan J. A Place of Its Own: Urban Environmental History. *Journal of Urban History*, v.26, n.3, p.380-390, mar. 2000.

MARTINS, Marcos Lobato. (2007). **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume.

MELO, Veríssimo [1872]. **Natal há 100 anos passados**. Natal: Sebo Vermelho, 2006.

NEVES, Lourenço Baeta. (1913). **Hygiene das cidades**. Minas [Gerais]: Imprensa Official.

NOBRE, Paulo José Lisboa; PEREIRA, Marizo Vitor; RIBEIRO, Isaías Silva. (2008). **Aurora, Crepúsculo, Ocaso: a trajetória de um jardim histórico em Natal/RN**. In: SEMINÁRIO DE PAISAGISMO SUL-AMERICANO: PAISAGENS CULTURAIS: MÚLTIPLOS ESPAÇOS, TEMPORALIDADES E COTIDIANOS, 3. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...*, Rio de Janeiro: EBA, 2008.

NOTAS de aula de Architectura Civil, Hygiene dos edifícios e Saneamento das cidades de accordo com o programma do 5º anno de Engenharia Civil da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [Escola Polytechnica], 1916.

PÁDUA, José Augusto. *Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico*. (2009). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial, Volume III: 1870-1899**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.313-365.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (2007). **História, memória e centralidade urbana**. *Nuevo mundo, mundos nuevos, debates*, 5 jan. Disponível em: <<https://nuevomundo.revues.org/3212>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (1996). Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **Cidade**,

povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.377-396.

ROSEN, Christine Meisner; TARR, Joel Arthur. (1994). **The Importance of an Urban Perspective in Environmental History.** *Journal of Urban History.* v. 20, n.3, p.299-310, may.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. (1996). Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: PECHMAN, Robert; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.53-80.

SIMONINI, Yuri. (2014). **Ribeira, técnica versus natureza: transformações em prol de um "projeto" de modernização (1860-1932).** Natal: EDUFRN.

SITTE, Camillo [1889]. *A Construção das cidades segundo seus princípios artísticos.* São Paulo: Ática, 1992.

SOMEKH, Nadia. (1997). **A cidade vertical e o urbanismo modernizador.** São Paulo: Nobel.

TARR, Joel A. (2001). Urban History and Environmental History in the United States: complementary and overlapping fields. In: BERNHARDT, Christoph (ed.). **Environmental Problems in European cities of the 19th and 20th.** New York/Muenchen/Berlin: Muenster, p.25-39.

THOMAS, Keith. (1901). **O homem e o mundo natural.** 4.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. UM PERIGO imminente. *A Republica,* Natal, anno 13, n.48, p.1, 31 mar.